

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021

Aos 30 de novembro de 2020, às 17h35min, na sede da Câmara Municipal de Ubá, foi realizada a Audiência Pública para discutir a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 do município de Ubá, que se encontra em tramitação nesta Casa como Projeto de Lei nº 074/2020, que “Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do Município de Ubá para o exercício de 2021”.

O Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC), vereador José Roberto Reis Filgueiras, conduziu a audiência e convidou para compor a mesa os vereadores membros da comissão, vereadora Jane Cristina Lacerda Pinto e Gilson Fazolla Filgueiras, respectivamente, membros titular e suplente, o Presidente da Câmara Municipal de Ubá, vereador Jorge Custódio Gervásio, a vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade e o senhor Silvério Dias Maciel, Assessor Legislativo Contábil e Financeiro da Câmara.

Também compuseram a mesa, como convidados, o senhor Cícero Mateus de Oliveira, Secretário de Finanças, a senhora Eliana Celeste Menezes Corbelli Vaz, Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e por videoconferência, a senhora Arlete Pinheiro Freitas dos Santos, a Gerente da Divisão de Planejamento Estratégico e Orçamento.

O vereador José Roberto, abriu a Audiência Pública frisando a importância da realização da presente reunião e da participação popular para apresentação dos valores arrecadados pelo Município que serão aplicados no próximo ano. Esta reunião visa possibilitar a concretização das situações planejadas no PPA, obedecendo a LDO e estabelecendo a programação das ações a serem executadas no decorrer do Exercício Financeiro de 2021. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de Finanças, senhor Cícero.

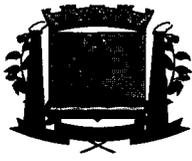
O senhor Cícero relatou que em virtude das enchentes ocorridas no início deste ano no município e do enfrentamento à pandemia - COVID-19 foram necessários fazer alguns ajustes no atual orçamento e ele acredita que essas modificações sejam firmadas para o próximo exercício.

A Gerente da Divisão de Planejamento, senhora Arlete, disse que é fundamental a participação popular nesta Audiência Pública.

Prosseguiu o vereador Gilson Fazolla Filgueiras questionando sobre algumas obras propostas pelos vereadores, através de Emendas, no Orçamento Participativo de 2018, ainda não executadas.

Os secretários municipais afirmaram que as obras não foram realizadas devido às enchentes e à pandemia ocorridas neste ano de 2020.

O senhor Cícero acrescentou ao atraso das obras a retenção de recursos públicos por parte do Governo Estadual (ICMS, IPVA e FUNDEB), em 2018, no valor de R\$10 milhões ou mais, o que dificultou o fechamento do orçamento.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, senhora Eliana, informou ainda que já foi realizado um levantamento dessas obras.

O Secretário de Finanças, senhor Cícero, disse que desconhece o número dessas obras, por isso sugeriu que o vereador esclareça as dúvidas com o Secretário Municipal de Obras, senhor João Gomes Júnior. Segundo ele, o Prefeito municipal, Edson, solicitou que se execute o orçamento, sendo assim, acredita que tais obras serão iniciadas, seja em restos a pagar ou incluí-las no orçamento de 2021.

O vereador José Roberto disse que é de se questionar como se realizará o Orçamento Participativo de 2021 se existem as obras não executadas das Emendas Parlamentares e do Orçamento Participativo, ambos de 2018. Ele espera que as obras sejam concluídas no início do próximo ano.

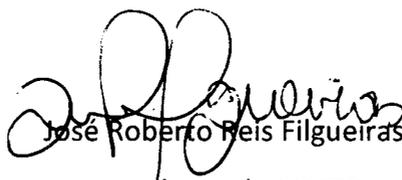
Devido à pandemia, a vereadora Rosangela sugeriu que aumentem os recursos públicos com a Saúde e também disse sobre a importância da presença da comunidade nesta reunião.

O Presidente da CMU, vereador Jorge, reforçou a importância da participação popular nesta Audiência Pública.

Os secretários municipais e os vereadores acreditam que o Poder Executivo irá assumir o compromisso das obras não concluídas.

No final da reunião, não houve questionamentos do público.

Nada mais havendo a tratar, a audiência pública encerrou-se às 18h08min.



Presidente da COFTC